

AGROPECUÁRIA

O Estado de Goiás apresenta um relevo em que se destacam as áreas de cerrado, nas quais se desenvolveram as extensas lavouras de grãos e a pecuária bovina, principalmente, a de corte.

O exame da estrutura fundiária goiana mostra que os estabelecimentos com mais de 1.000 ha perfaziam 4,9% do total, em 1995, mas detinham 47,7% da área total dos mesmos. No outro extremo, os estabelecimentos com menos de 100 ha representavam 63,2% do total, embora controlassem apenas 10,2% da área.

Tabela 119
Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, por Grupos de Área Total
Estado de Goiás
1995

Grupos de Área Total	Número Estabelecimentos (%)	Área dos Estabelecimentos (%)
Menos de 10 ha	11,2	0,3
10 a Menos de 100 ha	49,3	8,9
100 a Menos de 1.000 ha	34,6	43,7
1.000 a Menos de 10.000 ha	4,8	41,6
10.000 e Mais	0,1	5,5

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96 – IBGE

Analisando-se a condição dos responsáveis pela exploração agropecuária no período 1970-1995, verifica-se um aumento na proporção de proprietários. Nas outras categorias – arrendatários, ocupantes e administradores – ocorreu diminuição, destacando-se a queda bastante acentuada na proporção dos estabelecimentos geridos por administradores. Essa queda, segundo o Censo Agropecuário 1995/96, possivelmente se deve ao aumento da área média dos estabelecimentos controlados por gerentes, que foi de 771,2 ha para 2.036,7 ha no período considerado, registrando um crescimento de 164%. A queda observada nas outras categorias pode estar relacionada com o processo de regularização fundiária que ocorreu no Estado.

Importante ressaltar, no entanto, que o Censo Agropecuário foi realizado no segundo semestre de 1996 (a partir de agosto), alterando-se o período de

referência, que foi de 01/08/95 a 31/07/96 (ano agrícola). Isso pode ter comprometido a comparabilidade de algumas informações com os Censos realizados até o ano de 1985.

Tabela 120

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo a Condição do Responsável
Estado de Goiás
1970-1995

Condição do Responsável	Número de Estabelecimentos (%)		Área dos Estabelecimentos (%)	
	1970	1995	1970	1995
	Proprietário	79,1	89,8	71,0
Arrendatário	4,9	4,4	1,6	2,9
Ocupante	9,1	5,1	3,9	2,1
Administrador	6,9	0,7	23,5	5,7

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96 - IBGE

Em relação ao uso da terra no Estado, a proporção de área aberta por ação antrópica foi de 63%. Ou seja, em 1995, apenas 37% da área dos estabelecimentos não tinham sido alteradas, embora caiba frisar a possibilidade do uso de pastagens naturais. Nas áreas de lavoura, os principais cultivos são arroz, algodão, feijão, café, milho e soja, ocorrendo um forte predomínio das duas últimas lavouras em relação às demais.

Tabela 121

Utilização das Terras
Estado de Goiás
1995

Categorias	Área (ha)
Área dos estabelecimentos	27.472.648
Área aberta	17.318.106
Área em Lavouras	2.174.853
Pastagens Plantadas	14.267.411
Matas Plantadas	72.652
Área Descanso	257.641
Área não Usada	545.549
Pastagens Naturais	5.137.285
Matas Naturais	3.774.654
Terras Inproveitadas	1.242.603

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96 - IBGE

Quanto ao emprego de tecnologia na agricultura goiana, alinham-se alguns indicadores do Censo Agropecuário 1995/96: 23% dos estabelecimentos dispunham tratores; um pouco mais da metade, 53%, usaram fertilizantes (proporção que aumenta para 85% em relação aos estabelecimentos cuja

principal atividade foi a lavoura), 90% realizaram controle de doenças e pragas (nos estabelecimentos cuja principal atividade foi a pecuária, a proporção subiu para 97%); cerca de 32% recorreram à assistência técnica; apenas 6% usaram técnicas de irrigação; 61% estavam ligados a fonte de energia elétrica; somente 7% dos estabelecimentos tomaram crédito, e, dentre estes, apenas 5% usaram crédito de custeio.

Cumpra ressaltar a existência, em algumas regiões do Estado (Centro Goiano e Sul Goiano, principalmente), de um setor moderno expressivo, responsável por parcelas significantes da produção de lavouras comerciais, principalmente as de milho e de soja.

Tabela 122
Efetivos de Pecuária
Estado de Goiás
1996

Efetivos	1996
Bovinos	16.448.390
Suínos	1.004.074
Aves	13.281.000

Fonte: Censo Agropecuário de 1995/96 - IBGE

Na pecuária, o segmento de destaque é a pecuária bovina, principalmente a de corte voltada para as atividades de cria, recria e engorda. O leite vem ganhando espaço no cenário estadual, pois os centros urbanos de Goiânia e de Brasília constituíram-se nos principais mercados para a produção goiana. A pecuária bovina goiana desenvolveu-se nos médios e grandes estabelecimentos. Assim, no Estado, segundo o Censo Agropecuário 1995/96, do total de 16,5 milhões de bovinos, mais de 14 milhões encontravam-se em estabelecimentos com mais de 100 ha e 6,2 milhões em estabelecimentos com mais de 1.000 ha.

Nas demais atividades pecuárias, é importante destacar que, com os investimentos da Sadia e da Perdigão na região de Rio Verde, as criações de suínos e aves devem crescer significativamente no Estado de Goiás, sendo mesmo possível, no caso da suinocultura, que os agricultores da região tornem-se os maiores criadores nacionais, dada a escala de produção que será implantada.

Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Estado de Goiás

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

No período 1992-99, a PEA rural total só não teve um comportamento mais desfavorável devido ao ótimo desempenho da PEA rural não-agrícola, que cresceu a uma taxa significativa de 5,8% ao ano. Por outro lado, a PEA rural agrícola registrou redução de 70 mil pessoas (-3,9% ao ano). Saliente-se que os residentes urbanos ocupados na agricultura também apresentaram redução significativa de 3,0% ao ano no mesmo período. Essa queda foi resultado de várias crises da política agrícola e da abertura comercial dos anos 90, bem como da continuidade do processo de modernização que liberou muita mão-de-obra das tradicionais atividades agropecuárias, as quais apresentaram, via de regra, reduções da área total cultivada e expressivo aumento da produção devido aos ganhos de produtividade. Isso é especialmente válido para os grãos e oleaginosas (algodão, arroz, feijão, milho e soja, principalmente), culturas nas quais o Estado de Goiás é especializado.

Tabela 123
População Ocupada (1), segundo a Área, Situação do Domicílio e Ramos de Atividade
Estado de Goiás
1992-1999

Área, Situação do Domicílio e Ramos de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	1.840	1.873	1.981	1.950	2.048	2.113	2.103	2,1 ***
Urbano	1.418	1.459	1.582	1.587	1.666	1.722	1.714	3,0 ***
Agrícola	148	171	159	137	132	134	133	-3,0 ***
Não-agrícola	1.271	1.288	1.423	1.450	1.534	1.588	1.581	3,6 ***
Rural	421	414	399	363	382	391	390	-1,0
Agrícola	330	322	290	261	264	258	260	-3,9 ***
Não-agrícola	91	92	109	102	119	132	130	5,8 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Apesar da queda ocorrida nos anos 90, a PEA rural agrícola ainda representava 66% da PEA rural total de Goiás. Em 1999, de cada três pessoas

ocupadas e residentes no meio rural, duas encontravam-se em atividades agrícolas.

Salienta-se que essa tendência – queda da PEA rural agrícola e crescimento da PEA rural não-agrícola, também observada para o total do Brasil e muitos estados, está relacionada com vários fatores. Dentre os que merecem destaque, colocam-se a crescente modernização dos sistemas produtivos, que libera mão-de-obra das tradicionais atividades agropecuárias, e a própria queda da renda oriunda da venda de tais produtos. Esse quadro tem impulsionado o crescimento da pluriatividade em boa parte dos domicílios rurais, como forma de inserção produtiva dos vários membros da família. Inserção esta que se dá, em geral, nas "novas" atividades agrícolas e naquelas não-agrícolas desenvolvidas dentro ou fora do estabelecimento rural.

Tabela 124
População Rural Ocupada (1), segundo Ramos de Atividade
Estado de Goiás
1992-1999

Área e Ramos de Atividades	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	91	92	109	102	119	132	130	5,8 ***
Indústria de Transformação	17	14	23	16	20	21	17	2,8
Indústria da Construção	6	8	12	11	12	12	14	10,7 ***
Outras Atividades Industriais	-	-	-	2	4	3	-	-
Comércio de Mercadorias	8	8	15	12	11	19	19	12,7 ***
Prestação de Serviços	36	38	36	37	40	47	49	4,2 ***
Serviços Auxiliares	2	2	-	-	-	3	3	-
Transporte ou Comunicação	3	2	2	2	3	5	5	8,4
Serviços Sociais	14	15	14	15	21	16	14	1,5
Administração Pública	3	3	3	4	7	6	8	18,4 ***
Outras Atividades	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

A PEA rural não-agrícola no Estado de Goiás tem se ocupado em vários ramos da atividade econômica, com destaque para a prestação de serviços, o comércio de mercadorias, a indústria de transformação, a indústria da

construção civil e os serviços sociais, que responderam por cerca de 85% do total das ocupações não agrícolas, em 1999.

O ramo de prestação de serviços sempre foi o mais importante na ocupação da população rural goiana em atividades não-agrícolas, tendo registrado uma participação de quase 40% no total das ocupações em 1999 (49 mil pessoas). Ressalte-se que esse ramo de atividade apresentou taxa de crescimento anual de 4,2% no período 1992-99. Como será visto adiante, tal comportamento foi influenciado pelo desempenho do setor de emprego doméstico.

O ramo de serviços sociais foi o que apresentou a menor taxa de crescimento no período analisado. O endividamento e a conseqüente crise financeira do Estado nos anos 90, com a perda da sua capacidade de investimento em obras sociais e de infra-estrutura básica, contribuíram para a configuração do quadro de estagnação observado. No entanto, deve ser ressaltado que nesse ramo de atividade também estão incluídos os serviços privados.

O ramo da indústria de transformação foi o outro que apresentou baixa taxa de crescimento nos anos 90, contrariamente ao comportamento verificado na década de 80, quando houve grande expansão das indústrias ligadas ao processamento de produtos agropecuários, muitas vezes localizadas no próprio meio rural. Além disso, é preciso considerar uma série de pequenas e médias indústrias alimentares, muitas de caráter familiar, que também ocupam mão-de-obra no meio rural e nas cidades.

A indústria da construção, que respondeu por cerca de 10% do total das ocupações não-agrícolas no meio rural do Estado de Goiás em 1999, teve significativo crescimento no período 1992-99 (10,7% ao ano). Alguns fatores auxiliam na explicação do crescimento da PEA rural ocupada nesse ramo de atividade. O primeiro é o reconhecido crescimento da construção, reforma e ampliação de moradias que ocorreu no período imediatamente posterior ao Plano Real. O significativo aumento das ocupações de pedreiro e ajudante de pedreiro, que será abordado adiante, contribui para a comprovação da hipótese. O segundo refere-se a algumas obras de infra-estrutura realizadas no Centro-Oeste, como os corredores de exportação baseados em ligações intermodais (rodovias, ferrovias e hidrovias). Também deve ser levada em

consideração a participação de algumas prefeituras do Estado de Goiás na construção de estradas, moradias, poços artesianos, granjas e outras instalações necessárias para receber as empresas que para lá estão se deslocando, como é o caso da Perdigão e da Gessy, no Sudoeste Goiano.

O ramo do comércio de mercadorias também apresentou o mesmo comportamento da indústria da construção. No período considerado, apresentou taxa de crescimento anual de 12,7% e, em 1999, respondeu por 15% das ocupações (19 mil pessoas ocupadas). Quanto aos demais – outras atividades industriais, serviços auxiliares, transporte e comunicação, administração pública e outras atividades –, pode-se dizer que tiveram pequenas variações em termos de valores absolutos, evidenciando que não foram opções promissoras para quem estava no meio rural goiano e procurava uma alternativa de ocupação perante a significativa queda do emprego agrícola registrada no Estado. Apenas merece ressalva o crescimento do ramo da administração pública na ocupação das pessoas (18,4% ao ano no período 1992-99). No entanto, deve ser ressaltado que representou apenas cerca de 5% do total das ocupações.

Ao aprofundar-se um pouco mais o exame da PEA rural não-agrícola, tendo como foco os principais setores de atividade nos quais as pessoas se ocuparam no período 1992-99, nota-se que, em concordância com os dados anteriores para os ramos de atividade, os principais destaques foram o emprego doméstico, a construção civil, os estabelecimentos de ensino público e a indústria de transformação (indústria de alimentos incluída).

Evidentemente, as observações anteriormente feitas para o comportamento dos ramos de atividade são válidas para explicar o desempenho dos setores, pois estes estão contidos naqueles. Por isso, não serão repetidos os mesmos argumentos, apenas serão acrescentados detalhes específicos de alguns setores.

O setor de atividade mais importante na ocupação da PEA rural não-agrícola em Goiás tem sido o de emprego doméstico. Em 1999, respondeu por cerca de 20% do total das ocupações não-agrícolas (33 mil pessoas ocupadas). O expressivo aumento do setor é mais uma evidência da "urbanização" das

relações de trabalho na área rural, caracterizando-se como uma importante opção de trabalho para uma mão-de-obra com baixa qualificação profissional.

Tabela 125
População Rural Ocupada (1), segundo Setores de Atividade
Estado de Goiás
1992-1999

Área e Setores de Atividade	Em mil pessoas							
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	1992/99 % a.a.
Total	91	92	109	102	119	132	130	5,8 ***
Emprego Doméstico	22	24	24	30	25	28	33	4,8 ***
Construção	6	8	12	11	12	12	14	10,7 ***
Estab. de Ensino Público	11	13	10	11	15	10	10	-1,9
Indústria de Alimentos	7	3	9	6	7	6	8	4,2
Restaurantes	5	5	3	-	5	6	6	-
Administração Municipal	2	2	2	2	6	4	6	18,0 ***
Indústria de Transformação	7	7	7	8	9	8	5	-1,2
Comércio de Alimentos	-	2	5	3	4	5	5	-
Comércio Ambulante	4	2	5	3	3	2	4	-0,2
Alfaiataria	4	4	4	2	4	3	3	-2,9
Transporte Público	-	-	-	-	-	-	2	-
Assist. Técnica - Veículos	-	-	-	-	2	4	2	-
Fabricação de Móveis	-	-	-	-	-	2	2	-
Comércio de Varejo	-	-	-	3	-	5	2	-
Serviços Pessoais	-	-	-	-	-	-	2	-
Subtotal	68	70	82	77	91	95	105	6,2 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

O setor da construção civil, por sua vez, obedece o mesmo comportamento do ramo da construção. Quanto às pessoas ocupadas nos estabelecimentos de ensino público, que eram menos de 10% do total, houve queda de 1,9% ao ano no período considerado. O fechamento de escolas nas áreas rurais e a transferência de alunos e funcionários para as escolas urbanas pode ter influenciado o comportamento desse setor.

Como salientado anteriormente, o expressivo crescimento das ocupações no setor da indústria de transformação e de alimentos nos anos 80, relacionado ao processo de (agro)industrialização da produção agropecuária em Goiás, não se

repetiu nos anos 90, embora a indústria de alimentos tenha crescido 4,2% ao ano. Saliente-se que este processo poderá ser retomado nos próximos anos com o ressurgimento da vocação do Estado para integrar sua moderna produção pecuária e de grãos em cadeias agroindustriais de grande escala e alta competitividade.

Dentre os demais setores, o principal destaque ficou com a administração municipal, que cresceu 18% ao ano no período 1992-99. Apesar da crise que atingiu os setores públicos nos anos 90, é importante chamar a atenção para o papel dos mesmos na geração de ocupações não-agrícolas no meio rural. Em 1999, o setor público representava cerca de 15% do total das pessoas ocupadas nos principais setores de atividade, considerando-se as ocupações nos estabelecimentos de ensino público e na administração municipal.

Verifica-se que a grande maioria dos setores de atividade que empregam a PEA rural não-agrícola englobam ocupações que não exigem níveis de escolaridade e qualificação profissional elevados. Isso, por um lado, facilita a incorporação ao mercado de trabalho de importantes parcelas da população residente no meio rural, mas, por outro, também evidencia que a criação de novos empregos nos anos 90, tem sido fortemente marcada por ocupações mais precárias, muitas vezes sem registro em carteira, com baixas remunerações e sem perspectivas de ascensão na carreira profissional.

As ocupações mais importantes para a PEA rural não-agrícola no Estado de Goiás, ao longo dos anos 90, foram: serviços domésticos, que ficaram bem à frente dos demais, pedreiro, serviços por conta-própria, balconistas-atendentes, professor de primeiro grau e ajudante de pedreiro. Os serviços domésticos, isoladamente, empregaram cerca de 20%, em média, da PEA rural nas principais ocupações não agrícolas no período 1992-97.

As ocupações nos serviços domésticos tiveram um crescimento de 4,7% ao ano entre 1992 e 1999. As razões desse comportamento devem ser buscadas a partir de duas linhas de investigação. A primeira é a ocupação das pessoas residentes no meio rural no trabalho doméstico urbano, facilitado pelas melhorias no sistema de transporte entre as localidades da região. A segunda, mais ligada com as novas funções do meio rural, tem a ver com a ocupação das pessoas nos condomínios residenciais localizados nas áreas rurais, nas

chácaras de final de semana e nas atividades de lazer e de turismo rural, as quais têm apresentado crescimento nos anos 90.

Tabela 126
População Rural Ocupada (1), segundo a Ocupação Principal
Estado de Goiás
1992-1999

Área e Ocupação Principal	Em mil pessoas							1992/99 % a.a.
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	
Total	91	92	109	102	119	132	130	5,8 ***
Serviços Domésticos	18	19	20	27	19	23	27	4,7 **
Pedreiro	4	5	7	6	7	7	6	7,4 ***
Serviços Conta-Própria	3	4	5	4	5	10	6	12,9 ***
Balconistas - Atendentes	-	3	4	4	4	9	6	-
Prof. Prim. Grau Inicial	6	6	4	4	4	4	5	-5,3 *
Ajudante de Pedreiro	2	-	5	4	4	4	5	-
Diversos	-	-	-	-	-	3	4	-
Cozinheiro (Não Domést.)	2	3	5	3	5	3	4	4,5
Ajudante Diversos	3	2	3	3	-	5	4	-
Motorista	2	2	3	-	3	3	4	-
Forneiro em Olaria	5	5	4	4	6	3	3	-7,1 **
Servente - Faxineiro	2	2	3	3	8	4	3	10,5 *
Ambulante - Outros	3	-	5	2	3	2	3	-
Bordadeira	-	-	-	-	-	-	2	-
Marceneiro	-	-	-	-	-	2	2	-
Mantigueiro	-	2	3	3	2	-	2	-
Diarista Doméstica	-	-	-	-	-	3	2	-
Lavadeira Doméstica	2	3	2	-	-	-	2	-
Ajudante Administrativo	-	-	-	-	-	3	-	-
Ajudante Mec. Veículos	-	-	-	-	-	3	-	-
Costureiro - Alfaiate	4	3	3	-	3	3	-	-
Subtotal	56	60	75	68	71	93	90	7,2 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: ***, **, * indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

O crescimento das ocupações de balconistas-atendentes tem muito a ver com o excelente desempenho do ramo de comércio de mercadorias. A ocupação de pedreiro apresentou crescimento de 7,4% ao ano no período considerado. Seu comportamento foi acompanhado de perto pela ocupação dos ajudantes de pedreiro, que também teve aumento no número de pessoas

ocupadas entre 1992 e 1999 (de duas mil para cinco mil pessoas). Esses números dão conta da importância do setor de construção civil para a população rural ocupada em atividades não-agrícolas.

Das principais ocupações, apenas a de professores de primeiro grau apresentou queda (-5,3% ao ano), influenciada pelo possível fechamento de escolas localizadas na zona rural, como forma de racionalizar os gastos com educação e o alocamento de pessoal. A outra ocupação que teve desempenho ruim nos anos 90 foi a de forneiro em olarias, que sofreu redução de 7,1% ao ano no número de pessoas ocupadas.

Demanda da Força de Trabalho na Agropecuária Goiana – Sensor Rural

Segundo as estimativas da Fundação Seade, somente a soja e o milho responderam por 72,9% da área total cultivada com as principais culturas e por 51,9% da mão-de-obra total no Estado de Goiás, em 1999. Acrescentando-se as culturas de algodão, arroz, feijão, sorgo e trigo, as participações sobem para 92,8% e 80,5%, respectivamente, indicando o peso dos grãos e oleaginosas na agricultura goiana.

Tabela 127
Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área Cultivada, segundo as Principais Culturas
Estado de Goiás
1998-99

Principais Culturas	EHA		1999 (%)	Área (1000 ha)		1999 (%)
	1998	1999		1998	1999	
Total	176.484	178.044	100,0	2.822,5	2.929,1	100,0
Abacaxi	639	648	0,4	2,2	2,2	0,1
Algodão	32.908	20.637	11,6	186,7	117,1	4,0
Alho	1.344	1.490	0,8	1,1	1,3	0,0
Arroz	9.581	14.432	8,1	130,6	196,6	6,7
Banana	2.499	2.434	1,4	12,9	12,6	0,4
Café	1.368	1.245	0,7	4,0	3,6	0,1
Cana-de-Açúcar	16.481	15.526	8,7	153,7	154,5	5,3
Feijão	9.106	12.401	7,0	108,3	143,2	4,9
Laranja	2.745	2.942	1,7	6,1	6,5	0,2
Mandioca	5.645	5.548	3,1	17,6	17,3	0,6
Milho	30.821	38.927	21,9	668,1	802,3	27,4
Soja	55.394	53.426	30,0	1.382,8	1.333,7	45,5
Sorgo	3.927	3.421	1,9	135,0	117,6	4,0
Tomate	3.973	4.902	2,8	5,6	10,7	0,4

Trigo	50	65	0,0	8,0	10,2	0,3
-------	----	----	-----	-----	------	-----

Fonte: Fundação Seade.

Nota-se, claramente, um cenário de pouca diversificação produtiva, totalmente dominado pelos grãos e oleaginosas, que são culturas altamente mecanizadas e, portanto, pouco empregadoras por unidade de área. É importante salientar, a partir disso, a preponderância da mão-de-obra especializada (tratoristas e operadores de máquinas) sobre a mão-de-obra comum, principalmente nas culturas de algodão, arroz, milho e soja.

O Sudoeste Goiano, principal região produtora do Estado, era responsável por 72% da área total cultivada com algodão herbáceo, 30% da área de arroz, 38% da de cana-de-açúcar, 42% da de milho, 60% da de soja e 80% da de sorgo. Além dessas atividades, a região também respondeu por 16% da área total de feijão.

Além dos grãos, aparecem com relativo destaque as culturas de cana-de-açúcar, mandioca e tomate, que tiveram participações de 8,7%, 3,1% e 2,8%, respectivamente, no total de mão-de-obra demandado em 1999. A cultura de tomate apresenta grande potencial de crescimento, em função dos investimentos feitos pela Gessy (Unilever) em uma fábrica de atomatados no município de Rio Verde. O outro grande investimento, um abatedouro da Perdigão para aves e suínos, deverá reforçar a produção de grãos na região.

A pecuária bovina apresenta um predomínio absoluto na ocupação de mão-de-obra no Estado de Goiás. Dentro dela, a bovinocultura de leite é a principal demandadora da força de trabalho (39,4% do total de EHA, em 1999). No entanto, vale destacar que a reforma de pastagens associadas às atividades de corte e de leite demandou 42,5% da mão-de-obra total envolvida na atividade pecuária.

Tabela 128
Demanda da Força de Trabalho Anual na Atividade Pecuária
Estado de Goiás
1998-99

Pecuária	EHA		1999 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1998	1999		1998	1999
Total	169.346	169.497	100,0	-	-
Reforma de Pastagem(1)	72.050	72.050	42,5	1.426,7	1.426,7

Bovinocultura de Corte(2)	27.870	28.711	16,9	13.001	13.394
Bovinocultura de Leite(3)	67.640	66.827	39,4	1.932.152	1.893.509
Suinocultura(2)	1.449	1.548	0,9	522	557
Avicultura de Corte(2)	145	147	0,1	43.451	44.080
Avicultura de Postura(2)	192	214	0,1	740	824

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em mil hectares.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em mil litros.

Com os investimentos da Perdigão na região de Rio Verde, as criações de suínos e aves devem crescer significativamente, sendo que no caso dos suínos é possível que os agricultores da região tornem-se os maiores criadores nacionais. A Perdigão está investindo US\$ 550 milhões em um complexo de aves e suínos, que deverá estar operando a plena capacidade (280 mil aves e 3,5 mil suínos por dia) em 2003. A menor granja de suínos em Rio Verde (520 matrizes) equipara-se à maior de Santa Catarina. O sistema de criação é todo automatizado, o que o torna pouco demandador de mão-de-obra na atividade direta.

Em regiões com tais características, isto é, produção pecuária e de grãos altamente modernizada e mecanizada, os efeitos sobre o emprego são muito mais favoráveis nos setores a montante e a jusante da agricultura do que propriamente na produção agropecuária. O exemplo do município de Rio Verde é elucidativo: o maior número de empregos com os novos investimentos devem ser gerados nos serviços auxiliares da agropecuária (vendas de máquinas e insumos, vendas de sêmen, assistência técnica) e nos frigoríficos e agroindústrias (projetos da Perdigão e Gessy, especificamente), além de fábricas de embalagens de papelão, fornecedores de peças, refeição industrial, empresas aéreas e outros transportes, construção civil, que para lá se deslocarão como efeito multiplicador dos demais investimentos.

Regionalização

À medida que a exploração intensiva dos cerrados brasileiros torna-se viável através de uma série de políticas públicas para a implantação e o desenvolvimento de uma agricultura moderna, de escala e tecnificada, o

Estado de Goiás passa a ser um dos principais centros de produção de alimentos, sobretudo em termos da produção de grãos e de carne bovina.

A condição de um dos principais celeiros do país Goiás teve como pilares as políticas estruturais e de fomento do governo federal, aportadas em todo o Centro-Oeste a partir de meados dos anos 70, tais como:

- recursos do II PND, destinados à construção de estradas, vias de comunicação e energia, entre outras obras de infra-estrutura;
- recursos do Polocentro, que foram aplicados em Rio Verde, sede da escola agrotécnica;
- recursos originários das políticas públicas de fomento agropecuário, como crédito subsidiado e preço mínimo;¹
- investimento em novas linhas de pesquisa da Embrapa, que permitiram o domínio da agricultura sobre as áreas de cerrado.

As ações do Governo Federal permitiram integrar o setor agrícola da região às indústrias de insumos e às agroindústrias localizadas no Sudeste e Sul do país. Desse modo, as políticas oficiais proporcionaram condições objetivas para que um novo patamar tecnológico de produção agrícola tivesse viabilidade e pudesse expandir-se. É importante salientar que tal expansão contou com o fluxo migratório de produtores gaúchos, paulistas e mineiros para a região, conhecedores e afeitos a esse padrão tecnológico em seus locais de origem, o que contribuiu para a alavancagem da tecnologia.

Com a infra-estrutura e a migração, verifica-se no Estado de Goiás um processo de transformação das estruturas produtivas que resultou numa agropecuária articulada com o setor industrial da economia nacional. A resposta a essa articulação para além de suas fronteiras foi o emprego intensivo de máquinas e insumos industriais na produção agrícola e na pecuária bovina.

¹Informação obtida junto ao presidente da Comigo –Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda.

A conjunção desses fatores exógenos – políticas públicas de infra-estrutura e fomento; migração e articulação agroindustrial com produção agropecuária tecnificada² – faz de Goiás hoje um dos principais celeiros agrícolas do país.

Fruto da conjunção desses fatores exógenos, registra-se também uma reorganização espacial da produção agropecuária goiana, que claramente divide o Estado de Goiás claramente em três regiões: Norte Goiano, Centro Goiano e Sul Goiano.

A primeira região, Norte Goiano, configura-se geograficamente na junção das mesoregiões/IBGE: Noroeste Goiano e Norte Goiano. Nesse espaço regional, prepondera a pecuária bovina de corte, atividade que ali abrange as fases de cria, recria e engorda. A parte agrícola tem uma presença incipiente na região norte.

A segunda região, Centro Goiano, configura-se geograficamente na junção das mesoregiões/IBGE: Centro Goiano e Leste Goiano, apresentando uma ocupação mais adensada e com uma estrutura urbana de maior expressão no Estado, cujos os centros de destaque são: Goiânia e Anápolis. Predomina nesse espaço uma agricultura moderna e tecnificada, conjugada com uma também moderna pecuária de corte.

Por fim, a região Sul Goiano, que corresponde espacialmente a mesorregião/IBGE também conhecida por Sul Goiano. É nesse espaço regional que se insere a região da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde, o Sudoeste Goiano. A região Sul Goiano também é caracterizada por uma ocupação adensada, cujos centros mais importantes são: Rio Verde e Itumbiara; entretanto esses centros mantêm fortes articulações econômicas com a região de Uberlândia-MG.

Nessa região, predomina uma agricultura moderna, de escala e tecnificada, que faz, portanto, largo uso de insumos industriais (fertilizantes, defensivos e sementes) e de máquinas e implementos, e assenta-se, principalmente, na produção de grãos. No contexto da agricultura tecnificada, encontra-se consolidada na região uma boa capacidade de armazenamento de grãos,

²Entende-se agricultura tecnificada como o processo produtivo mecanizado, com alto uso de insumos químicos e poupador de mão-de-obra.

constituída através da iniciativa privada. A região está bem cercada de infra-estruturas de escoamento da produção – os produtos agropecuários são escoados tanto pela malha viária, como através do Porto de São Simão, no Rio Paranaíba, o qual integra a hidrovia Tiête-Paraná, por sua vez, constitui-se numa importante alternativa de acesso ao mercado paulista e ao próprio Mercosul. Há também um esforço local pela valorização da agricultura por intermédio da expansão do parque industrial regional.

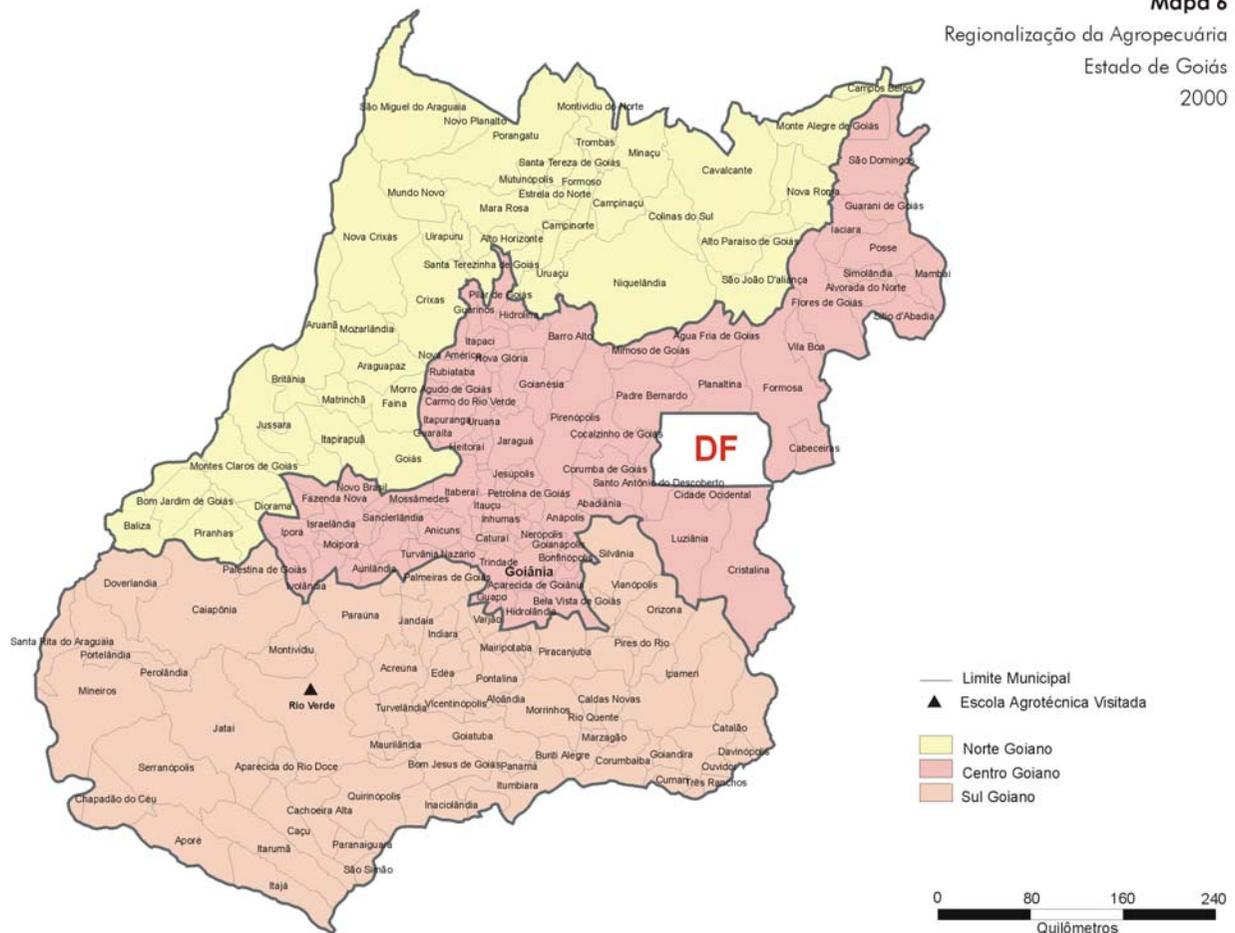
Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

Mapa 6

Regionalização da Agropecuária

Estado de Goiás

2000



Fonte: Fundação Seade 2000

A Região da Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde

A região em que a Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde se insere é conhecida como Sudoeste Goiano, é delimitada pela junção das Microrregiões Homogêneas Sudoeste de Goiás, Quirinópolis e Vale dos Rios dos Bois.

Segundo agentes locais, no Sudoeste Goiano predominam dois sistemas de produção. O primeiro é constituído por uma agricultura em grande escala de grãos, complementada com a atividade de pecuária de corte, que está presente, praticamente, em todos os municípios que compõem a região. O segundo compreende somente a pecuária extensiva, que prepondera especialmente nos municípios da Microrregião Homogênea de Quirinópolis.

A região Sudoeste Goiano, assentada numa agricultura moderna de escala altamente tecnificada, se estabeleceu como região produtora de alimentos, voltada para abastecer, principalmente, os mercados localizados no Sudeste e Sul do país.

A consolidação da agropecuária de escala, moderna e tecnificada no Sudoeste Goiano ocorreu nas quatro décadas finais do século passado. Essa intensa mudança no modo de produção agrícola do Sudoeste Goiano teve como pilares as políticas estruturais e de fomento do governo federal, aportadas a partir de meados dos anos 70.

A Comigo – Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda, a principal cooperativa da região, tem a sua história construída junto com a dinâmica local de absorção e incorporação das inovações tecnológicas. A tecnificação da base agrícola liga-se intrinsecamente à expansão econômica dessa cooperativa.

A década de 80 assinalou para a Comigo a época de maior crescimento, quando ocorre ampliação de sua capacidade de armazenamento e de sua estrutura de entreposto de insumos e produtos agrícolas para além de Rio Verde, em oito municípios. Nesse período, num processo de diversificação das atividades, a Comigo implantou em Rio Verde suas indústrias de óleo, de laticínios, de fertilizantes, de esmagamento de caroço de algodão, unidades de

descaroçamento de algodão, usina de beneficiamento e empacotamento de feijão, fábrica de rações, fábrica de sabão, unidades de produção de sal mineral ionizado, laboratórios de análise clínica/veterinária/solo/fitopatologia e unidade de beneficiamento de sementes. Expandiu, igualmente, sua área de ação para outras atividades, montando uma estrutura de transporte – Comigo Transportadora. Na área florestal, iniciou a produção de lenha para a secagem de grãos, com a Comigo Florestal.³

Depois da Comigo, outras indústrias instalaram-se na região, como a Caramuru, em Itumbiara (soja e milho); a Coimbra, em Jataí (soja); a Kowalski, em Rio Verde (milho). A região possui, ainda, seis frigoríficos, duas destilarias de álcool (Santa Helena e Serranópolis) e alguns laticínios (Nestlé em Jataí; Parmalat, em Santa Helena; Agrovale, em Quirinópolis; Comiva, em Mineiros).

Apesar da instalação de algumas agroindústrias, o Sudoeste Goiano continuou, no entanto, a manter o escoamento da produção agrícola para Estados do Sul, preservando a característica de região exportadora de produtos primários.

Tal condição de exportadora, sobretudo de grãos, consolidou na região uma capacidade de armazenamento expressa, basicamente pelo setor privado. Segundo dados do Censo Agropecuário 1995/96, o número de depósitos de grãos teve um aumento muito significativo de 1975 para 1985, crescendo 45 vezes no Estado de Goiás, 129 vezes no Sudoeste Goiano e 118 vezes em Rio Verde.

Assim, mesmo com o advento da industrialização, a agricultura do Sudoeste Goiano assenta-se na produção de grãos (soja e milho, principalmente) em larga escala, com alto grau de tecnificação – caracterizada pela rapidez de absorção e incorporação das inovações tecnológicas, com reflexos no crescimento da área cultivada e dos rendimentos físicos. Esse potencial de crescimento tem feito da região um dos principais centros nacionais de produção de grãos.

³Informe da Cooperativa - Comigo, ano XIV, número 160, outubro 1998.

O sistema de produção hegemônico na região centra-se na integração da agricultura com a pecuária e apresenta as seguintes formas de combinação de atividades:⁴

- planta-se soja precoce em outubro, colhe-se em fevereiro e procede-se, em seguida, ao plantio do milho;
- planta-se milho precoce em outubro, colhe-se em fevereiro e faz-se, em seguida, o plantio de feijão ou girassol;
- planta-se soja de ciclo médio em outubro, colhe-se em fevereiro/março e entra-se, depois com o plantio do sorgo;
- planta-se soja de ciclo longo em novembro, colhe-se em fevereiro/março e entra-se, depois, com o plantio de uma forrageira: milheto, aveia, sorgo;
- o manejo da pecuária, na época das águas, é feito com aveia e pasto; no inverno, pasto com a complementação de milheto ou outra forragem.

De acordo com agentes locais, o cultivo de grãos exige no mínimo 300 hectares de área de plantio e de recurso financeiro inicial de R\$ 200 mil. A intensa incorporação tecnológica acelerou o processo de concentração no campo, visto que os produtores necessitam buscar uma economia de escala na captação de recursos financeiros para bancar e acompanhar o processo de modernização – uma colheitadeira de ponta, por exemplo, custa mais de R\$ 200 mil.⁵

A Tabela 129 mostra os custos de produção das duas principais lavouras, soja e milho, nos seus diferentes sistemas de produção. Pode-se observar, primeiramente, que o item insumos representa o peso maior em termos de custo: na soja cultivada no sistema convencional, o valor é de 45%; no plantio direto, 58%. Para o milho, os valores são 48% e 57%, respectivamente. Isso demonstra que, no plantio direto, a demanda por insumos químicos é maior. Em termos de resultado econômico, o plantio direto, porém, é mais animador, gerando uma receita de R\$ 59,89/ha para o milho e de R\$ 113,07/ha para a soja, enquanto o

⁴Informação do presidente do CAT- Clube dos Amigos da Terra.

⁵ Um produtor local, com plantio direto, precisa de uma área de 1.767 hectares, com rendimento acima de R\$ 113,07 para adquirir uma colheitadeira.

plantio convencional acumula um resultado negativo para o milho de R\$ 52,89/ha e positivo para a soja, de R\$ 17,68/ha.

Tabela 129

Estimativa do Custo de Produção da Soja e do Milho, nos sistemas de Plantio Convencional e Direto
Município de Rio Verde
Ano-safra 1998/99

Itens	Soja (2.800kg/ha)				Milho			
	Plantio Conv.		Plantio Direto		Plantio Conv.		Plantio Direto	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Operações	127,96	25,0	32,02	8,0	129,43	20,0	28,76	5,0
Insumos	229,65	46,0	237,40	58,0	316,00	48,0	308,10	57,0
Encargos	91,38	18,0	88,68	22,0	105,46	16,0	102,10	19,0
Colheita	56,00	11,0	50,87	12,0	102,00	16,0	102,00	19,0
Custo Total	504,99	100,0	408,97	100,0	652,89	100,0	504,44	100,0
Renda Bruta	522,67	-	522,67	-	600,00	-	600,00	-
Renda Liq.	17,68	-	113,70	-	-52,89	-	59,56	-

Fonte: RV Economia, 1998.

Esses resultados explicam por que o modo de produção predominante na região é o plantio direto, utilizado por 80% dos produtores em Rio Verde e por 60% no Sudoeste. Outro fato marcante é que o plantio direto foi introduzido na região pelos grandes produtores; somente agora os produtores com áreas menores passaram a utilizar essa tecnologia.

O Banco Mundial esteve em Rio Verde em 22/11/98 para conhecer a tecnologia do plantio direto e os cuidados dos agricultores em não agredir a natureza. Segundo José Roberto Brucelli, vice-presidente do Clube dos Amigos da Terra (CAT), há um grande interesse do Banco em financiar o plantio direto, apesar de nada ter sido acertado formalmente (Mercador, dezembro 1998).

As outras opções de produção na região, segundo agentes locais, são o arroz de sequeiro, o feijão, o algodão e a cana. O arroz de sequeiro teve uma redução de quase 95% de sua área plantada entre 1995 e 1998, o que levou a uma queda de 86% do total produzido. Rio Verde sempre foi um grande produtor de arroz de sequeiro – as adversidades de mercado, porém, levaram o milho e, mais recentemente, a soja a ocupar lugar de destaque e tomar área do arroz. Segundo os mesmos agentes, o plantio de feijão irrigado vem se intensificando no município.

Na cultura do algodão, o Sudoeste Goiano alcançou 50% da produção do Estado, cabendo ao município de Santa Helena de Goiás o título de maior produtor. Os efeitos da abertura comercial provocaram uma queda significativa nos preços de mercado, desestimulando a produção. A tendência atual é o plantio de uma variedade de algodão, cujas fibras são coloridas, e que pode obter bons preços de mercado.

A Tabela 130 mostra o comportamento, em termos de área, das principais culturas em Rio Verde. Observam-se a decadência do cultivo do arroz e do milho e o grande crescimento do cultivo da soja e do sorgo (opção tanto de grão como de forragem). A redução pela metade da área de plantio do milho deve-se à queda dos preços internos e sua substituição por atividades mais rentáveis.

Tabela 130
Evolução da Área Colhida das Principais Culturas
Município de Rio Verde
Anos-safra 1991/92- 1997/98

Anos-safra	Em hectares					
	Arroz	Feijão	Milho	Sorgo	Soja	Algodão
1991/92	24.100	1.900	56.000	-	80.000	4.090
1992/93	9.500	2.420	56.800	280	93.500	3.000
1993/94	10.000	2.850	82.350	1.500	110.000	5.350
1994/95	11.000	1.400	67.400	4.000	122.000	7.000
1995/96	13.890	1.128	55.000	3.000	110.000	11.000
1996/97	4.000	2.420	30.000	15.000	130.000	9.500
1997/98	3.000	14.400	35.000	30.000	170.000	17.000

Fonte: Abreu, 1998:29.

O plantio de cana-de-açúcar vem se expandindo em todo o Estado. Os registros da safra de 96/97 mostram que a área total colhida foi de 135.777 hectares e o rendimento médio foi de 67.783 kg/ha, com uma produção de 8.767.084 toneladas.

A pecuária, que apresenta manejo extensivo de baixo investimento, integra o sistema de produção de praticamente todos os produtores de grãos. No entanto, a produção de leite expande-se como alternativa de renda mensal complementar. O Estado de Goiás ocupa o segundo lugar na produção de leite no país (Mercador, novembro 1998). Segundo Carvalho et alii (1998), a produção de leite do Estado

totalizou 1.009.312.907 litros em 1995 e a do Sudoeste foi de 143.145.125 litros, o que correspondeu a 14% do total. De acordo com esses autores, as maiores concentrações de plantéis leiteiros na região encontram-se nos municípios de Jataí, Rio Verde, Mineiros, Serranópolis, Caiapônia e Doverlândia.

Além das atividades agrícolas já citadas, também se assinalam no meio rural a prestação de serviços, como o aluguel de máquinas (colheitadeiras), aproveitamento dos produtos nativos e algumas iniciativas no campo do turismo.

Há algumas tentativas de viabilizar economicamente os produtos do cerrado, como o pequi, a gueroba e alguns produtos farmacológicos. O desafio de preservar o meio ambiente e promover o desenvolvimento econômico do cerrado não se restringe somente ao âmbito das preocupações ecológicas dos movimentos sociais – como a Furma, e das instituições públicas, como a Emater e a Promotoria Pública –, mas ganha terreno junto à sociedade civil e à comunidade dos produtores agrícolas. Os produtos típicos do cerrado já são desenvolvidos por alguns produtores como alternativa de renda.

Segundo técnicos locais, alguns produtores estão buscando na exploração do pequi (fruto) e da gueroba (palmito amargo) alternativas de renda, pois são produtos que têm sua demanda garantida no hábito de consumo do goiano. Uma das três usinas de cana-de-açúcar, sediada no município de Santa Helena, já vem produzindo mudas de pequi, demonstrando o potencial deste cultivo para a região. O pequi, tradicional na culinária goiana, pode ser saboreado de várias maneiras: licor, compotas, com galinha, com arroz, etc. O pequi e a gueroba estão se expandindo para além das fronteiras do Estado, conquistando nichos de mercado em São Paulo como alternativa ao palmito tradicional (doce).

A Escola Superior de Ciências Agrárias de Rio Verde (Esucarv) promove, há três anos, a Feira do Pequi (Mercador, dezembro 1998), com o objetivo de divulgar a importância do bioma do cerrado e a necessidade de sua manutenção e preservação, além de mostrar o potencial econômico de várias espécies do cerrado.

O Moporv – Movimento Popular de Rio Verde – desenvolve um trabalho, a partir de laboratório e farmácia popular, com remédios obtidos de produtos naturais de plantas do cerrado, que vem ganhando expressão e visibilidade na cidade de Rio Verde. Segundo a coordenação da Emater, a utilização dessas essências mostra-se viável economicamente para a população de baixo poder aquisitivo, porém, ela se inicia tardiamente, dado o atual grau de destruição do cerrado.

A região oferece boas condições para a expansão do turismo: encontra-se na rota para o parque das Emas/MS e apresenta diversos recursos ambientais do cerrado a serem explorados. Não existe, por enquanto, nenhuma estrutura montada para explorar essa atividade, além de alguns clubes de recreio e pesque-pague. Apesar do pesque-pague estar sendo desenvolvido na região de forma ainda muito incipiente, a região conta com mais de 300 tanques instalados. Segundo os agentes locais, o principal entrave da piscicultura no sudoeste goiano deve-se ao escoamento da produção.

A reforma agrária, ao lado da agricultura tecnificada e de escala de grãos, chama a atenção sobre a estrutura fundiária regional, em particular as áreas ocupadas pelo latifúndio improdutivo. Há um crescimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST na região, que, segundo a coordenação da Emater, em 1996 contava com apenas um assentamento no município de Jataí. Atualmente, em clara visibilidade da luta pela terra, existem três em Rio Verde, três em Santa Helena, um em Caçu, três em Jataí, dois em Perolândia e um em Mineiros.

Apesar dessas alternativas locais, o Sudoeste Goiano coloca-se perante o Estado como a principal região produtora de grãos e de pecuária bovina. Entretanto, segundo alguns agentes locais, o ICMS que a região gera situa-se em torno de 10% do total arrecadado no Estado, indicando que grande parte dos produtos são comercializados sem qualquer transformação industrial, ou seja, com pequena agregação de valor.

Essa característica de região produtora e exportadora de produtos agrícolas tende a mudar num futuro próximo, uma vez que desde 1996 vários grupos

empresariais de peso têm sido atraídos para o Sudoeste Goiano, principalmente para Rio Verde, em que dois grandes investimentos, um da Gessy (Unilever) e outro da Perdigão⁶, deverão entrar em operação, respectivamente, em julho de 1999 e em abril de 2000.

Neste final de século, por isso, Sudoeste Goiano sofre profundas alterações em seu padrão de desenvolvimento a partir de tais instalações e de outras complementares a esses complexos agroindustriais.

Os incentivos fiscais e os recursos públicos que essas empresas receberam, juntamente com a moderna produção de grãos, são os principais fatores para a sua instalação na região. No caso da Perdigão, por exemplo, os recursos municipais (prefeitura de Rio Verde) são de ordem tributária, com a isenção de todos os impostos, além da ajuda direta na construção da fábrica,⁷ das granjas e dos poços artesianos. Os recursos estaduais também são da mesma ordem tributária e de ajuda direta.⁸

Além dos subsídios, a Perdigão desloca-se para o Sudoeste Goiano, instalando-se em Rio Verde, em busca de economia de escala e ganhos de eficiência, segundo um diretor da empresa. O mesmo diretor salienta que o deslocamento para o Sudoeste Goiano significa uma expansão da indústria, uma vez que as atividades no Sul do país expressas na integração da agricultura familiar serão mantidas. Com essa expansão, ocorrerá uma mudança substancial na forma de atuação da empresa, quando comparada com a estrutura existente no Sul. Haverá uma só administração para atender todos os elos da cadeia, reduzindo custos e concentrando a integração próxima à unidade industrial. O raio de ação da empresa estará restrito a 150 km a partir de Rio Verde e o projeto contará com poucos integrados produzindo mais que no Sul – por exemplo, a menor granja de suínos da região, que terá 520 matrizes, equipara-se à maior em Santa Catarina.

⁶Estima-se que a empresa deva gerar 3 mil empregos diretos e 6 mil empregos indiretos nos próximos quatro anos.

⁷A planta industrial revela que a Perdigão está construindo no subsolo uma fábrica de massas, que pode ser a nova investida da empresa na região (Gazeta Mercantil, 06/01/99, p. B-20).

⁸Informe do Secretário da Indústria e do Comércio de Rio Verde.

O complexo agroindustrial da Perdigão em Rio Verde deverá iniciar suas operações este ano, atingindo a capacidade plena em 2003, quando o abate será de 281,6 mil aves e 3,5 mil suínos por dia, gerando um faturamento anual estimado em mais de US\$ 500 milhões (Gazeta Mercantil, 06/01/99). A unidade industrial, quando operar com capacidade plena, deverá produzir 260 mil toneladas por ano de produtos frigorificados.

Os investimentos da empresa já somam US\$ 320 milhões; US\$ 187,7 milhões provenientes de recursos já contratados junto ao BNDES e o restante de recursos próprios (Perdigão Hoje, n.10, 1998).

O projeto compreende as seguintes instalações: central de inseminação artificial; incubatório; granja de matrizes; fábrica de rações;⁹ frigoríficos de aves e suínos; e unidade de industrialização. O processo de produção será verticalizado, através de um sistema de integração com os produtores locais selecionados (Perdigão Hoje, n.10, 1998).

A empresa já concluiu o Centro de Difusão Genética, uma vez que as matrizes dos suínos serão inseminadas artificialmente e não por monta natural. As matrizes serão fornecidas pelas empresas de genética animal Agroceres e Dalland que têm granjas multiplicadoras de matrizes instaladas na região.

A rede de criadores de suínos integrados que está sendo formada de maneira padronizada envolve três sistemas: o sistema produtor de leitões (SPL); o sistema vertical terminador (SVT); e o de criação de frangos de corte (CFC).

A expectativa dos produtores em relação à suinocultura como alternativa de renda é bastante grande, pois em 1998 já foram solicitados 161 módulos de produção SPL¹⁰ (sistemas de produção de leitões) por 90 produtores. Como a empresa necessita, por enquanto, de 62 módulos, ocorrerá um processo de seleção.

⁹Será a segunda fábrica de rações do mundo, com capacidade para produzir 120 toneladas de ração/hora, demandando da região 500 mil toneladas/ano entre milho e farelo de soja (Mercador, dezembro 1998).

¹⁰Cada módulo compreende 520 matrizes, com um custo previsto de R\$ 550 mil.

A Tabela 131 mostra exemplos de viabilidade do SPL, a partir do número de módulos pretendidos pelo produtor, sendo o número máximo de quatro, em que os recursos necessários ficam próximos de US\$ 1 mil por matriz e mais US\$ 120 por matriz para capital de giro. A Tabela também mostra o grau de capitalização que o produtor deve ter para iniciar-se no SPL.

Tabela 131
Exemplos de Viabilidade do Sistema de Produção de Leite

Tamanho do Módulo	Nº de Módulos	Investimento (1.000 US\$)	Capital de Giro (1.000 US\$)	Faturamento Anual (1.000 US\$)
520 matrizes	1	520	60	370
1.040 matrizes	2	1.000	120	740
2.080 matrizes	4	2.000	240	1.480

Fonte: Gazeta Mercantil de 06/01/99, p.B20.

Com relação às granjas do SVT, que perfazem um total de 292 módulos,¹¹ já se encontram cadastrados na empresa 159 produtores, o que corresponde a um total de 235 módulos. Segundo agentes locais, para se conseguir financiamento para a criação de suínos, as agências bancárias estão exigindo como garantia de crédito a propriedade da terra.

De acordo com informações prestadas pela direção da Perdigão, o preço pago aos produtores pelos leitões será baseado em tabela fornecida pelo Sindicarnes, excluindo-se os picos e vales, de forma a proporcionar ao produtor receitas mais constantes ao longo do ano, com uma remuneração considerada suficiente para cobrir 100% dos custos variáveis do sistema de criação.

Para os produtores rurais, ainda que mantidas as expectativas, segundo opinião do presidente do Clube Amigos da Terra, a tabela do Sindicarnes, lastreada na produção de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, apresenta os piores preços do país, considerando a integração como uma relação desfavorável ao produtor, que será transformado num trabalhador sem direitos trabalhistas.

Para a criação de aves, a Perdigão está construindo duas granjas, que produzirão matrizes para abastecer 478 aviários (CFC), com capacidade para

¹¹Cada módulo compreende 1.000 animais, com um custo previsto de R\$ 120 mil.

23.500 animais. A previsão é que se alcance uma densidade de 30 a 38 Kg/m³, 10 kg a mais que a produção de carne obtida no Sul do país.

O modelo de integração adotado em Goiás, tanto para suínos como para aves, busca equacionar os gargalos detectados no Sul: dificuldades de transporte devido ao relevo, pulverização dos integrados e módulos de criação não padronizados. No Sudoeste Goiano, os produtores serão empresários, a produção estará concentrada num raio de 150 Km, o relevo é plano e os módulos de criação serão maiores e padronizados.

Além de agregar valor na produção de milho e soja, a integração possibilitará que os dejetos sejam utilizados como fertilizante e não mais jogados nos afluentes da região, já tão afetados pelas atividades agropecuárias. Isso reduzirá o custo total com insumos nos cultivos de milho e de soja, em torno de 25% a 27%.¹² A Perdigão e a Embrapa, por meio de um convênio, estão viabilizando um manual para melhor orientar os produtores desde a aplicação até os efeitos deste tipo de adubação para melhoria do solo do cerrado.

O grupo Unilever construiu em Rio Verde uma fábrica de atomatados, que foi orçada em R\$ 50 milhões e iniciou suas operações em julho de 1999, com o processamento de 50 mil toneladas de tomate. Numa área de 320 hectares, 30 dos quais ocupados com a construção da fábrica e o restante destinado a fazenda experimental, que desenvolve e testa variedades híbridas de tomate adaptadas para o cerrado. Esses investimentos geram aproximadamente 350 empregos diretos e 650 indiretos, além de manter mais de mil produtores em parcerias. No sistema de parceria, a indústria fornece a assistência técnica para a implantação e manutenção das lavouras.

O estabelecimento de empresas de beneficiamento e transformação de grãos pouco alterou o perfil dos produtores rurais e sua relação com a sociedade local. Já a implantação dos complexos agroindustriais – Perdigão e Gessy – poderá, por um lado, provocar maior especialização da produção e de produtores no interior da região, delimitada pelos raios de ação dos mesmos e, por outro, ao expandir ou

¹²Abreu et alii, (1998) mostra que o peso da adubação no milho e na soja está entre esses valores.

introduzir novos produtos e atividades, acarretar o surgimento de novos agentes no cenário agrícola.

O início das operações da Perdigão deverá provocar uma pressão sobre a demanda de grãos, dado os níveis previstos de consumo para composição de rações, aumentando a concorrência entre as empresas estabelecidas na região, e iniciar, do lado dos produtores rurais, um movimento de exploração em “novas” áreas agricultáveis (abertas ou de cerrado) no interior do raio de ação da empresa, sem alterar o perfil dos produtores, visto que ela reforça o atual padrão de exploração dos estabelecimentos agrícolas. Fora desse raio, os produtores, a produção e os circuitos tradicionais de comercialização deverão se manter no perfil agroexportador.

No caso da Gessy, com sua produção inicialmente voltada para os atomatados, haverá pouca interferência na demanda de grãos, a não ser que suas operações estendam-se também ao ramo das oleaginosas, o que poderá provocar uma expansão no número de produtores com atividades diferentes das dos anteriores. Pouca seria, assim, a pressão sobre “novas” áreas, uma vez que os produtores se diferenciariam no interior de suas representações. Vale dizer, mesmo no interior de uma categoria consolidada (produtores rurais), haverá uma diferenciação quanto aos seus interesses, provocada pelo tipo de atividade desenvolvida e pelos novos padrões de relacionamento com outros setores.

A Comigo enfrenta o desafio da concentração do setor industrial e realiza uma série de investimentos que visam obter ganhos de eficiência. Por exemplo, a Cooperativa não só está implantando o software de gestão empresarial da empresa alemã SAP, ao mesmo tempo em que busca agregar serviços para fazer frente à concorrência, como também está oferecendo cursos aos associados no campo da administração, para que eles possam se habilitar às inevitáveis exigências desse novo momento de industrialização na região.

Em entrevista à Gazeta Mercantil (28/12/98), o presidente da Comigo afirmou que “as cooperativas são base de sustentação importante na cadeia para garantir

uma concorrência salutar e necessária ao mercado”. Segundo ele, a Cooperativa está mantendo uma fatia de 25% do mercado local.

Existe uma feliz coincidência entre a área onde estão implantados os armazéns da Cooperativa e a área de abrangência da Perdigão, que estará restrita num espaço geográfico de 150 Km de raio a partir de Rio Verde, com o intuito de absorver a produção de milho e a criação de suínos e aves. Como a Perdigão necessitará do farelo de soja e a Gessy (Unilever) precisará do óleo de soja para a produção de margarina, a Comigo está se preparando para ampliar sua capacidade industrial de esmagamento de soja, qualificando-se como fornecedor de produtos para atender às demandas dos complexos agroindustriais. Observa-se que esse preparo baseia-se em expectativas da Cooperativa quanto ao papel que ela pode vir a desempenhar junto a essas duas empresas. Especificamente na relação com a Gessy, no ramo dos atomatados dessa empresa, as expectativas podem se concretizar mais facilmente, uma vez que se insere no apoio – fornecimento de insumos – aos produtores de matéria-prima (tomates) e não na relação direta com a empresa.

Nessa nova etapa de agroindustrialização, a Cooperativa está aproveitando sua condição de estar no “azul” a fim de buscar R\$ 30 milhões junto ao Recoop para realizar os investimentos que necessita.

Neste novo momento de industrialização local marcada pela Perdigão e pela Gessy, outras empresas, que já confirmaram investimentos no município de Rio Verde. A Mecar, fabricante de peças de caminhões, investirá R\$ 6 milhões, gerando 160 empregos diretos. A Goicasa, indústria de pré-moldados para a fabricação de casas populares, investirá R\$ 3 milhões, gerando 103 empregos. Os grupos Orsa e Mira, fabricante de embalagens, igualmente vieram para o município de Rio Verde (Alta Roda, n.39, 1998). A Pantanal, companhia aérea regional, havia implantado já em 1998 a rota Rio Verde-São Paulo, com escala em Presidente Prudente, que deveria ser transferida para Barretos (Gazeta Mercantil, 06/01/99, p.B-20). As empresas de fornecimento de materiais e de serviços chegam, assim, no sentido de suprir as necessidades das empresas líderes.

Os atuais serviços de manutenção de veículos de transporte ordinários são considerados, pela direção Perdigão, de baixa qualidade. A empresa necessita de serviços especializados, uma vez que a frota à sua disposição será composta por caminhões refrigerados, sem considerar que a quantidade de veículos e o ritmo de uso dos mesmos já imporiam ajustes no setor. Tem-se, portanto, a ampliação de um setor, por meio do surgimento de novos agentes regionais.

Além disso, com o preenchimento de novos postos de trabalho por profissionais de outras regiões, bem como com o trânsito de agentes de negócios pela região, novos valores são introduzidos, exigindo dos estabelecimentos comerciais (hotéis, bares, restaurantes, etc.) uma adequação ou a criação de estabelecimentos direcionados para esse tipo de cliente.

Pode-se dizer que com a instalação da Perdigão e da Gessy em Rio Verde, formando complexos agroindustriais que articulam produtores e empresas fornecedoras de materiais e serviços, inicia-se um novo padrão de desenvolvimento regional, cuja dinâmica passa a ser ditada localmente, agregando mais valor à região e demandando volumosos recursos, tanto para os que planejaram lá se estabelecer como para os que numa possível ampliação dos seus ramos de atividade.

A industrialização, pode, ainda, abrir novos mercados pelo próprio crescimento populacional e/ou da renda em alguns de seus estratos, a exemplo do abastecimento local de gêneros alimentícios "in natura". Segundo alguns agentes locais, Rio Verde já é carente de um cinturão verde produtor de hortigranjeiros. Cerca de 80% desses produtos são supridos por outras regiões e a preços elevados. Com o crescimento populacional previsto, amplia-se um mercado que poderia ser ocupado por pequenos estabelecimentos agrícolas, alternativa para os produtores que se encontram à margem do desenvolvimento regional.

Acreditam de forma consensual os agentes locais que esse novo patamar de desenvolvimento deve trazer para a região um aumento do fluxo migratório, que pressionará a demanda por serviços públicos (educação, saúde, saneamento, habitação, transporte, entre outros). O município de Rio Verde é o que receberá a

maior pressão, já que é a sede das indústrias – sem estrutura, no entanto, não é suficiente para atender nem a população residente atual.¹³ Um diretor da Perdigão prevê que a população da cidade aumentará mais que três vezes em cinco anos. Espera-se, nos próximos anos, um aumento significativo no fluxo migratório para a região, em especial no município de Rio Verde, fazendo com que sua população dobre em cinco anos, passando dos atuais 100 mil habitantes para 180 a 200 mil, segundo as previsões do secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Rio Verde

A Prefeitura Municipal de Rio Verde não tem recursos financeiros para atender as demandas oriundas do acelerado e provável crescimento populacional. Cerca de 46% da arrecadação municipal provêm do setor primário (Tabela 132).

Tabela 132
Arrecadação Municipal
Município de Rio Verde
1995

Arrecadação	Em reais	%
Total		100,0
Fundo de Participação Municipal	19.015.826,00	17,1
ICMS	3.248.018,00	45,8
Outras Receitas	8.707.342,00	37,1
	7.060.465,00	

Fonte: Conesul, 1997.

Os dados da Tabela 133 apresentam uma defasagem da ordem de quase 18% entre a arrecadação e os gastos no município de Rio Verde. Na região do Sudoeste Goiano, tal diferencial também é negativo (quase 10%). Esses dados demonstram a situação crítica e a incapacidade do município de Rio Verde encontra-se para realizar investimentos nas áreas social e de infra-estrutura urbana, que serão pressionadas pelo fluxo migratório decorrente da industrialização. A política de renúncia fiscal, voltada para atração de empresas, agrava ainda mais a obtenção de recursos.

¹³De acordo com o presidente do CAT- Clube dos Amigos da Terras, somente 40% da cidade tem saneamento básico.

Tabela 133
Receita e Despesa
Sudoeste Goiano e Município de Rio Verde
1995

Itens	Sudoeste (1)	Rio Verde
Receita Municipal Total	159.155.244,00	24.844.733,00
Receita Tributária Total	14.465.507,00	4.009.315,00
Despesa Municipal Total	177.693.016,00	30.336.018,00

Em Reais

Fonte: Ministério da Fazenda; Fundação Seade.

(1) Somatório das MRHs de Quirinópolis, Sudoeste de Goiás e Vale do Rio dos Bois.

Em termos de infra-estrutura, segundo a Conesul (1997), cerca de 45% da população urbana de Rio Verde recebe o benefício da rede de esgoto, cuja extensão é de aproximadamente 40 km. Essa empresa de consultoria informou, com base nas informações da Seplan/Go, que cerca de 95% da população urbana (aproximadamente 20.000 moradias) é atendida com água captada junto aos córregos Ribeirão Abóbora e Laje.

Nos últimos anos, o Ribeirão Abóbora passou por sério problema de degradação, a ponto de suas nascentes serem soterradas devido, principalmente, à exploração de cascalho e à produção agrícola. O Ribeirão Abóbora fornece 170 l/s de água para a estação de tratamento, o que equivale a 314.275 m/mês. Considerando que o consumo de água tratada no município é de 380.000 m³/mês, este córrego é o principal responsável pelo abastecimento de água, sendo o restante feito por poços artesianos e pelo Córrego Lage. Para contornar o risco do desabastecimento, está sendo desenvolvida uma ação conjunta da sociedade e da prefeitura, envolvendo também a Perdigão, para a recuperação do Ribeirão Abóbora.

O acelerado ritmo de implantação dos complexos industriais aprofunda a defasagem entre os problemas advindos da industrialização e a adaptação das estruturas sociais – vinculadas à capacidade de arrecadação do município.

Para fazer frente a esse crescimento populacional, o município de Rio Verde necessitará de recursos. Como obtê-los é um dos grandes dilemas, considerando o esgotamento da capacidade de endividamento do município e dívidas herdadas,

às quais se acresce a política de combate ao déficit encabeçada pelo governo federal, que proíbe os municípios de contratarem novas dívidas.

Sem condições de obter recursos para investimentos, Rio Verde tende a pagar um alto preço com o desgaste da infra-estrutura social existente e a falta de condições para multiplicar o investimento em serviços públicos. Caso prevaleçam as condições atuais, em que não se apresenta nenhuma forma de obtenção de recursos, pode ocorrer, em curto espaço de tempo, um estrangulamento nos sistemas de ensino, saúde, abastecimento, saneamento e transporte urbano e rural.

Portanto, o não atendimento, por mínimo que seja, de tais demandas por serviços públicos pode resultar em desequilíbrios econômicos e sociais que colocarão em risco esse novo estágio de desenvolvimento.

Para se alcançar esse futuro, em que se conjugam a industrialização e o desenvolvimento econômico e social do Sudoeste Goiano, algumas questões já presentes precisam ser equacionadas, como retomar a capacidade de investimento dos municípios nos serviços públicos.

“Vamos ter que sacar sobre nosso futuro”, diz o secretário da Indústria, Comércio e Turismo de Rio Verde,¹⁴ ao comentar as saídas para a solução do dilema da falta de recursos para atendimento das atuais e vindouras demandas sociais.

Essa proposta escora-se no movimento econômico que será gerado quando os complexos estiverem operando na plenitude de suas capacidades. Segundo o diretor da Perdigão, a empresa deverá movimentar o correspondente a R\$ 1,5 bilhão por ano, com uma massa salarial de aproximadamente R\$ 85 milhões ao ano¹⁵ que deverá circular pela região. É uma proposta que se encontra num contexto da esperança, pois nada de concreto foi feito para viabilizá-la na prática.

¹⁴Balanço Anual/Goiás. Gazeta Mercantil, 98.

¹⁵Balanço Anual/Goiás. Gazeta Mercantil, 98.

Até o momento, um dos caminhos encontrados para equacionar minimamente a questão da pressão social sobre os serviços públicos foi o de estabelecimento de parcerias entre as empresas privadas e a administração pública municipal.

No sentido de responder à pressão social resultante do processo de industrialização, foi feita uma parceria entre o BNDES, a Perdigão e a Prefeitura Municipal de Rio Verde para alavancar uma série de programas sociais, cujo orçamento totaliza R\$ 2,3 milhões, repartidos entre a Perdigão e o BNDES.¹⁶ Deste total, R\$ 1,59 milhão serão destinados para os setores básicos, saúde e meio ambiente,¹⁷ enquanto os R\$ 710 mil restantes deverão ser aplicados em ações voltadas ao auxílio das crianças e adolescentes e um programa na área rural.

Mesmo com esses problemas de recursos para alavancar os investimentos necessários à melhoria da infra-estrutura urbana e com os custos sociais decorrentes do aumento do fluxo migratório, os agentes locais colocam este processo de (agro)industrialização como irreversível e necessário para o desenvolvimento econômico da região do Sudoeste Goiano.

Os setores populares e os partidos de oposição estão preocupados com a questão ambiental e com as mazelas que o processo pode trazer para o povo pobre da região, mas não apontam alternativas e engrossam o consenso em torno da industrialização.

O STR de Rio Verde, filiado à CUT/Contag, confirmou que o modo de produção de grãos na região é poupador de mão-de-obra – aos trabalhadores restam, portanto, culturas como o feijão irrigado, a cana-de-açúcar e as pequenas áreas de tomate. Há um certo entusiasmo em relação ao projeto da Gessy (Unilever), que chamou os sindicatos para a apresentação do mesmo, visto que a cultura do tomate ainda é grande absorvedora de bóias-frias, que constituem a base dos STRs da região. A Comigo também está se qualificando para participar desse

¹⁶O BNDES ofereceu um desconto de 0,25% na taxa de juros se a Perdigão entrasse com volume igual de recursos para a área social (Perdigão Hoje, n.11, dez.98/jan.99).

¹⁷Recursos para resolver o problema ambiental da nascente do córrego Ribeirão Abóbora.

novo patamar de industrialização, na qualidade de fornecedora de produtos aos complexos agroindustriais.

Rio Verde, de modo geral, está eufórica com a vinda das novas indústrias, pois estima-se que os novos investimentos poderão girar uma cifra de US\$ 1 bilhão ao ano na cidade (Gazeta Mercantil, 06/01/99, p.B20). Fazendeiros, comerciantes e prestadores de serviços acreditam que ganharão dinheiro no futuro, quando os efeitos multiplicadores desses investimentos estarão consolidados.

A esse contexto se acrescenta, no curto e longo prazo, a crise econômica do país, cujos reflexos incidem na capacidade de investimentos e nas expectativas de expansão do setor industrial.

Às preocupações com a conjuntura nacional, somam-se as expectativas quanto ao cumprimento dos acordos locais já mencionados, entre as indústrias e o poder público, nas esferas estadual e municipal, a respeito dos investimentos públicos e incentivos fiscais.

Inclui o quadro considerações sobre o comprometimento dos projetos futuros desses complexos, pois a Perdigão pretende entrar no ramo de massas congeladas e a Gessy na diversificação de seus produtos, como milho verde, ervilha e margarina. Mesmo que isso não signifique alavancar novos recursos para investimentos nas plantas industriais, já que os mesmos encontram-se contemplados na atual fase, serão necessários novos investimentos para a obtenção de matéria-prima e insumos, os quais deverão ser aportados pelo setor público, por intermédio do crédito agrícola, por exemplo.

Esse estágio de desenvolvimento regional também tem reflexos sobre a questão do emprego, uma vez que, além da qualificação e da especialização, exigirá níveis mais elevados de escolaridade como condição central da empregabilidade das pessoas. Para exemplificar esse novo patamar de exigência, vários agentes locais, durante a pesquisa, citaram que a Perdigão, para a contratação de um tratorista exigiu o antigo primeiro grau completo dos interessados. Quatro meses depois um profissional gaúcho de passagem pela região, obteve o cargo. O diretor da Perdigão disse que a empresa somente

deverá contratar empregados que tenham, no mínimo, o ensino fundamental, ao passo que a Gessy exigirá o ensino médio. Os cargos para coordenação ou gerenciamento das granjas no processo de integração exigirão nível universitário.

A maior exigência de qualificação profissional está fazendo com que algumas instituições passem por um processo de readequação de suas grades curriculares e dos cursos oferecidos, pois, além da EAFRV, que está se reestruturando através do Proep, os integrantes do sistema “S” – Senai e Senac – estão ampliando suas estruturas para atender as novas demandas industriais e comerciais. A Universidade local já realizou convênios com a Perdigão, visando a realização de pesquisas para a difusão de tecnologia e programas de formação e qualificação de mão-de-obra.

Tabela 134
Taxas de Analfabetismo e de Escolarização
Município de Rio Verde
1991

Taxas	%
Taxa de Analfabetismo	
11 a 14 anos	10,72
15 anos e mais	20,42
Taxa Líquida de Escolarização	
Ensino Fundamental	90,54
Ensino Médio	23,28

Fonte: IBGE; Fundação Seade, 1998.

A Tabela 134 mostra as taxas de analfabetismo e de escolarização do município de Rio Verde, indicando que a taxa de escolarização do ensino médio situa-se em torno de 23% a 28%. Percebe-se que mais de 76% da população na faixa etária entre 15 a 18 anos encontra-se fora da escola e, portanto, sem condição de preencher os requisitos de empregabilidade exigidos pelas novas indústrias.

Vicari (1998), a partir do pressuposto de que a abertura de grandes indústrias no município traz consigo exigências que precisam ser atendidas, alerta para a urgência em se analisar a formação escolar e profissional dos trabalhadores rioverdenses, especialmente daqueles que estão à procura de empregos. Nesse sentido, a partir dos dados do cadastro do Sine (Sistema Nacional de Empregos)

em Rio Verde, a autora analisou a situação educacional dos desempregados que procuraram aquele órgão. Os resultados obtidos mostram um total de 7.773 desempregados cadastrados, dos quais 2% eram analfabetos, 39% freqüentavam da 1ª a 4ª séries do ensino fundamental, 25% freqüentavam da 5ª a 8ª séries do ensino fundamental, 5% estudaram até o ensino médio e 29% tinham formação técnico/profissional (Tabela 135).

Tabela 135
Desempregados, segundo Nível de Escolaridade
Município de Rio Verde
1998 (1)

Escolaridade	Desempregados	%
Total	7.773	100,0
Analfabetos	181	2,0
Freqüentam 1ª a 4ª Séries do Ensino Fundamental	3.024	39,0
Freqüentam 5ª a 8ª Séries do Ensino Fundamental	1.933	25,0
Estudaram da 1ª à 3ª Séries do Ensino Médio	351	5,0
Formação Técnico/Profissional	2.284	29,0

Fonte: Sine/Rio Verde, In Vicari, 1998.

(1) Refere-se a agosto.

A conclusão da autora é de que grande parte dos desempregados não possui formação escolar que permita o exercício de funções técnicas qualificadas requeridas pelas novas empresas (71% do total não sabem ler ou estudaram até a 8ª série do ensino fundamental). Outro resultado apresentado refere-se ao fato de que na faixa de 5ª à 8ª série, de 3.024 cadastrados, 736 (24%) possuíam apenas a 5ª série, 500 (17%) a 6ª, 661 (22%) a 7ª e 1.127 (37%) a 8ª série.

As pessoas com níveis de formação técnico/profissional e com ensino médio completo apresentam, em tese, condições de preencher as exigências do novo patamar de industrialização do Sudoeste Goiano. Entretanto, considerando-se que, nesse universo de alunos 85% são técnicos de 2º grau, é importante destacar a declaração do diretor da Perdigão a respeito da absorção dos técnicos por parte da empresa: “a empresa não pretende contratar técnicos agrícolas, e sim contratar agrônomos”. Portanto, dificilmente os técnicos agrícolas serão contratados para gerenciar as granjas ou para prestar assistência técnica ao

integrado. Como na região há uma grande oferta de agrônomos,¹⁸ as outras empresas podem seguir a mesma tendência, dando preferência a este profissional em detrimento do técnico.

O diretor da Perdigão informou ainda que a empresa espera ter uma perda na produção industrial de 20% nos primeiros anos, devido, principalmente, à baixa qualificação da mão-de-obra local, bem como ao fato de ela não estar preparada para o ritmo e as exigências da escala industrial. Foi por essa razão que, apesar da pretensão inicial de contratar pessoas com o ensino médio completo, a exigência baixou para o ensino fundamental. O diretor concluiu afirmando que se a mão-de-obra local não responder de forma adequada às demandas da empresa, será contratada mão-de-obra qualificada e formada em outras regiões.

Em todo caso, dado o nível de geração de empregos diretos nos complexos, ampliar-se-á a categoria de trabalhadores organizados no interior das indústrias, com um nível educacional mais elevado que o padrão regional, potencializando-os como mais um entre os novos agentes que comporão um futuro quadro do Sudoeste Goiano.

A Escola Agrotécnica Federal

A Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde foi criada em 1968 para formar técnicos agrícolas com habilitação agropecuária em nível de 2º grau, curso reconhecido em 1980. Desde sua criação, passou por uma série de transformações de ordem administrativa e acadêmica, sendo que atualmente ministra quatro cursos de nível técnico em agropecuária, agricultura, zootecnia e agroindústria.

Em 1981, a Escola foi autorizada a ministrar os cursos de nível técnico, via ensino supletivo, de agricultura e laticínios (leite e derivados) e cursos de nível auxiliar técnico (básicos de qualificação), também via ensino supletivo, de defesa sanitária vegetal e de inspeção de leite e derivados. Em 1993, foi transformada em autarquia, passando a ter maior autonomia administrativa, financeira e

¹⁸ Em Rio Verde existe uma faculdade de agronomia, a Esucarv.

pedagógica. Em 1997, implantou o ano básico na primeira série do curso técnico, em atenção à reforma curricular proposta pelo MEC.

A Escola também ministra cursos de qualificação ou treinamento de trabalhadores e produtores rurais em diversas áreas da agropecuária. Em 1997, atendeu 1.237 pessoas nas áreas de avicultura de corte, suinocultura, gerenciamento de empresa rural, administração rural, inseminação artificial de bovinos, digitação, ensino modulado, armazenamento de grãos, qualidade no atendimento, ensino rural, cooperativismo e programa de qualidade.

Atualmente, a Escola está estruturada com uma Diretoria Geral e dois departamentos, o de Desenvolvimento Educacional e o de Administração e Planejamento. No desenvolvimento de suas funções, conta com 30 docentes permanentes, com as seguintes titulações: segundo grau supletivo (um), graduação (quatro), especialização (20), mestrado (quatro) e doutorado (um); mais quatro docentes temporários (um com graduação, um com especialização e dois com mestrado) e 96 servidores técnicos e administrativos (30 graduados ou pós-graduados), totalizando 130 funcionários.

A EAFRV encontra-se em franco processo de reestruturação através do Proep, que inclui a gradual redução do ensino médio e uma transição para um modelo de ensino no qual somente haverá habilitação dos alunos em cursos técnicos.

O projeto do Proep em andamento na Escola, desde 01/12/98, apresenta um orçamento em que a maior parcela de recursos é dirigida para aquisição de materiais (50%) e para obras civis novas (35%). Ou seja, as maiores parcelas de recursos foram voltadas para a ampliação física da Escola.

Tabela 136
Resumo Geral do Orçamento do Proep/EAFRV

Componentes	R\$	%
Total	2.662.041,03	100,00
Obras Civis Novas	931.325,30	34,99
Aquisição de Material Pedagógico	142.605,80	5,36
Aquisição de Equipamentos		49,98

Consultorias	1.330.451,93	2,45
	65.200,00	
Capacitação de Recursos Humanos	192.458,00	7,23

Fonte: EAFRV, 1998.

No rumo do Proep, a Escola pretende oferecer cursos de especialização de nível técnico, com vistas a proporcionar ao aluno recém-formado melhores condições de disputar o mercado de trabalho. Na onda da reestruturação, a EAFRV decidiu diversificar os cursos técnicos a partir de 1997, ampliando sua habilitação em outras áreas, além da agropecuária: zootecnia, agricultura, agroindústria, florestal, comércio e infra-estrutura rural. Também passou a utilizar o período noturno para ministrar os cursos técnicos.

A Escola encontra-se, desde 1988, num estágio de transição que está, concretamente, estabelecendo três perfis de alunos. O primeiro obedece o padrão tradicional, no qual a Escola oferece ao aluno tanto o ensino médio quanto o de técnico em agropecuária, num total de 160 alunos que permanecem o período integral na Escola, alguns em regime de internato, sendo a maioria jovens na faixa etária entre 14 a 18 anos. O segundo engloba os chamados conveniados, que fazem o curso técnico em agropecuária na EAFRV e o ensino médio em outra instituição. Totalizam 136 alunos, os quais permanecem na Escola em período parcial (1/2 período), sendo que a maioria se encontra na mesma faixa etária que o grupo anterior. O terceiro e último, que foi implantado em 1998, refere-se aos alunos que já concluíram o ensino médio e estão na EAFRV fazendo o curso de agroindústria (1º turma), num total de 36 alunos, que permanecem na Escola no período noturno e encontram-se numa faixa etária entre 18 a 25 anos.

Segundo o diretor da Escola, num futuro próximo, serão ministrados somente os cursos técnicos atendendo o segundo e o terceiro grupo de alunos, além dos cursos de qualificação e de treinamento de mão-de-obra nos níveis de educação técnica básica, voltados para os trabalhadores e produtores rurais. O ensino médio ficará sob responsabilidade somente do governo do Estado, sem garantias de que as vagas fechadas na EAFRV serão repostas.

Juntamente com este esforço de reestruturação que a EAFRV se propõe a realizar, há a necessidade de superação de alguns entraves, nos âmbitos interno e externo da Escola, os quais se colocam na ordem do dia. No âmbito interno, segundo a direção da EAFRV, os entraves resumem-se nas seguintes questões:

- a Escola não consegue se adequar e acompanhar o ritmo intenso do setor agropecuário na absorção das inovações tecnológicas;
- corpo docente não está estimulado, principalmente devido ao arrocho salarial e à falta de investimentos públicos que a Escola sofreu nos últimos anos;
- não houve adequação dos profissionais e, por isso, o corpo docente apresenta defasagem tecnológica, havendo necessidade de reciclá-los;
- a EAFRV tem dificuldades de desenvolver relações com as empresas e indústrias que estão se instalando na região.

Em relação ao ambiente externo, a questão central é como os agentes locais e os representantes dos complexos agroindustriais enxergam a EAFRV e a formação dos técnicos nesta instituição.

Junto aos agentes locais, a Escola tem pouca expressão. Segundo eles, a participação da Escola nos eventos da comunidade, na qualidade de instituição, é muito incipiente. Os presidentes do CAT e da Comigo relataram que a EAFRV não participa das atividades de formação e qualificação técnica de suas instituições, nem das atividades promovidas pela Escola Superior de Ciências Agrárias de Rio Verde (Esucarv) e dos “dias de campo” que os representantes de insumos químicos e de máquinas promovem para divulgar novos produtos. Nesses eventos, não ocorre a participação da Escola como instituição organizada, mas apenas de alguns alunos e representantes do corpo docente.

Em relação às demandas da Perdigão e da Gessy por uma mão-de-obra com formação mínima e qualificada, os agentes locais apontam, naturalmente, o sistema “S” de ensino (Senai e Senac), além da Esucarv, como instrumentos para equacionar esta demanda, e não a EAFRV. Tanto que no município de Rio Verde, segundo o secretário municipal da Indústria e Comércio, o sistema “S” de ensino

está ampliando suas estruturas para atender o aumento da procura por seus cursos. E a Esucarv já assinou um convênio com a Perdigão para difusão de tecnologia e qualificação da mão-de-obra.

A EAFRV está iniciando seu processo de reestruturação pelo Proep, mas todos os agentes manifestaram pouco conhecimento do que acontece na Escola. Eles não têm conhecimento algum sobre o Proep e os recursos financeiros que serão alocados na Escola.

Pode-se notar que a estratégia dos agentes locais e dos sistemas educacionais para enfrentar as exigências dos complexos agroindustriais restringe-se em reforçar a questão da qualificação, não havendo até o momento nenhuma preocupação com a exigência da formação mínima e com o fato de a região e o município de Rio Verde estarem ou não preparados para responder a esta exigência. Os agentes locais não perceberam a necessidade da expansão do ensino médio, e dedicam maior atenção aos cursos de qualificação e de treinamentos específicos em aprendizagem operacional nos setores industrial, comercial e agrícola.

Portanto, é preciso que o setor público e os agentes locais se preocupem com essas questões. Primeiro, sabendo qual é a formação escolar e profissional dos trabalhadores da região; segundo, determinando qual a capacidade de vagas dos equipamentos públicos e privados para o ensino médio e de ensino profissionalizante. Dentro deste quadro, deve-se apontar se há ou não necessidade de investimentos para expandir a capacidade de vagas existentes, a fim de atender, conjuntamente, os atributos da formação e da qualificação.¹⁹

Quanto aos complexos agroindustriais, o diretor da Perdigão informou que a grande preocupação da empresa nesse processo de expansão rumo ao Centro-

¹⁹ Até recentemente, quando a região se encontrava sob o padrão de uma agricultura de grãos em larga escala, com intenso ritmo de absorção de inovações tecnológicas, numa dinâmica de desenvolvimento agroexportadora, a qualificação foi o atributo que determinava a empregabilidade. Hoje, com a instalação dos novos complexos agroindustriais, é fundamental a atenção para a elevação do nível de escolaridade das pessoas.

Oeste é a formação e qualificação da mão-de-obra local que está acostumada com a sazonalidade dos trabalhos na agropecuária, com grande mobilidade entre o trabalho urbano e o rural e sem perspectivas profissionais de ascensão, encontra-se conseqüentemente, sem preparo para responder às imposições ditadas pelos processos industriais.

A Perdigão, ante esse quadro da mão-de-obra local, reduziu seu patamar de exigência mínima de contratação, contrariamente à Gessy, que manteve a exigência do ensino médio. Tal exigência decorre de uma política de recursos humanos, na qual a empresa mantém o estímulo à formação de seus quadros como princípio de sustentação para seus programas de organização do trabalho, de inovações tecnológicas, de melhoria da qualidade do produto e melhor relacionamento com o mercado consumidor.

A aposta na formação possibilita a estabilização do emprego e diminui a rotatividade, uma vez que os treinamentos e os cursos de qualificação e especialização são realizados pelos trabalhadores no decorrer de sua vida profissional na empresa. Isso permite maior controle da empresa sobre seus trabalhadores, redundando o investimento na formação e na qualificação para obtenção de ganhos de produtividade no trabalho.

Em relação ao aproveitamento do técnico agrícola, a Perdigão não vê nenhuma perspectiva de absorção deste tipo de profissional no setor rural, nas funções de gerente das granjas de suínos e de aves, e de prestação de serviços de assistência técnica. Para essas duas funções está programada somente a contratação de técnicos com formação universitária, como agrônomos, zootecnistas e veterinários. Para a empresa, o técnico agrícola poderá ser contratado como qualquer trabalhador qualificado para prestar serviços internos nas granjas. Procedimento semelhante poderá ser adotado pela Gessy.

O diretor da Perdigão mostrou um completo desconhecimento do curso de agroindústria que a EAFRV está oferecendo – informado sobre o mesmo durante a pesquisa, afirmou que a indústria não tem nenhum interesse neste tipo de

qualificação, mas se interessa pelo tipo de aluno graças à sua formação no ensino médio.

As indústrias necessitam de um trabalhador mais estável, mais afinado com os objetivos estratégicos das empresas, que obedeçam as regras de conduta e acompanhem o ritmo de trabalho e a tecnologia utilizada. Por isso, apresentam uma estrutura mais formal de seleção, em que são definidos critérios mais objetivos no recrutamento, como o grau de escolaridade mínimo.

A exigência de pessoas com nível universitário pode ser atendida, entre outras, pela faculdade de agronomia de Rio Verde (Esucarv). A disponibilidade de mão-de-obra força uma relativa baixa nos níveis salariais, o que proporciona uma pequena diferença salarial entre o técnico de nível médio e o de nível universitário, fazendo com que a balança, na questão da empregabilidade, penda para o lado do segundo.

Neste período histórico de desenvolvimento da região do Sudoeste Goiano, com a instalação dos novos complexos agroindustriais, as atividades do técnico agrícola e as habilitações de nível médio na área agrícola que a EAFRV quer implantar e ministrar com a execução do Proer, segundo as perspectivas dos agentes locais, ficarão restritas às seguintes atividades, se não houver mudanças importantes:

a) na propriedade rural:

- agricultura de grãos em larga escala com alto grau de tecnificação, já consolidada na região e subordinada aos complexos agroindustriais;
- agricultura irrigada em fase de expansão, com a implantação do complexo agroindustrial da Gessy;
- outras atividades agrícolas, como o cultivo do algodão, do feijão, do arroz, voltadas ao mercado interno;
- atividades ligadas à pecuária de corte e de leite, complementares às agrícolas, sendo que a segunda está em franca expansão na região como alternativa de renda mensal;

- desenvolvimento dos produtos do cerrado;
- atividades não-agrícolas como a piscicultura, o pesque-pague, o turismo rural, que estão em processo de expansão na região.

b) fora da propriedade:

- prestação de serviços de assistência técnica ao desenvolvimento dos produtos do cerrado;
- prestação de serviços de assistência técnica ao pequeno produtor e aos assentamentos rurais de reforma agrária;
- prestação de serviços junto aos órgãos de assistência técnica pública e privada.

Deste modo, as atividades dos técnicos com habilitação na área agrícola estarão circunscritas no espectro das atividades econômicas do setor agropecuário local, que se encontram à margem do processo de industrialização. E, mesmo assim, tais atividades já não estão absorvendo os técnicos formados.

Portanto, a EAFRV para se inserir como instituição de ensino técnico, na nova dinâmica industrial que se implanta na região, poderá fazê-lo através da manutenção do ensino médio, já que esse nível de escolaridade é uma demanda dos complexos industriais, e também porque o Estado talvez não tenha condição no curto e médio prazos de ampliar as vagas existentes para atender a demanda das empresas. Ou, então, através de uma mudança radical de suas habilitações, girando seu eixo de ação educacional para atividades profissionais de nível técnico no setor industrial/urbano.

A EAFRV também pode participar na qualificação da mão-de-obra local que é demandada pelo setor agrícola e pela indústria, pois possui estrutura física e funcional para atender tal demanda. Essa qualificação constitui-se num processo de aprendizagem ocupacional, que implica o desenvolvimento de habilidades e conhecimento para a realização das operações de produção e comercialização e de hábitos adequados de comportamento no trabalho, e que ocorre conjuntamente com o próprio processo de trabalho das pessoas. Por serem atividades de ensino

esporádicas, podem ser ministradas pela EAFRV sem que a dinâmica educacional existente na Escola seja perturbada ou interrompida. Também não necessitam de grandes investimentos em infra-estrutura para a sua realização.

A Escola, na condução desta tarefa de ministrar cursos de qualificação, tende a enfrentar a concorrência do sistema “S” de ensino e da Esucarv, os quais já estão se estruturando para atender o mercado. A EAFRV terá que enfrentar, também, o desconhecimento da comunidade quanto ao seu potencial para essa tarefa de atender algumas qualificações da mão-de-obra local no que se refere à demanda, tanto do setor rural quanto dos setores industrial e comercial.

Dessa maneira, pode-se inferir que a direção da Escola e o seu corpo docente têm grandes expectativas com o Proep. E isto implica rever as definições de habilitações propostas para o Programa, além da definição de estratégias a seguir em termos de novas habilitações, frente ao mercado que se estrutura na dinâmica dos vários segmentos de atividades econômicas que se desenvolvem à margem dos complexos agroindustriais.

Bibliografia

ABREU, J.M. de; FERREIRA, S.M. “Sistema de produção do milho e da soja analisados pelo custo de produção, safra 1998/99”. *Revista RV Economia*. Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.18-26.

ABREU, J.M. de; PEREIRA, S.M. “Análise dos principais produtos agrícolas de Rio Verde”. *Revista RV Economia*. Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.27-29.

BORGES, S.A. “Análise da produção da cana-de-açúcar e seus subprodutos”. *Revista RV Economia*. Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.33-34.

CARVALHO, I.D.; ZORDAN, M.S.; LEÃO, R.V. “Identificação de núcleos produtivos de leite na região Sudoeste do Estado de Goiás”. *Revista RV Economia*. Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.15-16.

DEL GROSSI, M.E. *Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Tese de Doutorado. Campinas, IE/Unicamp, 1999.

ESTEVAM, L. "A economia do Sudoeste Goiano". *Revista RV Economia*. Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.32.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Censo Agropecuário Goiás 1995-96*. Rio de Janeiro, 1998.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. "Força de trabalho na agricultura paulista". *Coleção Análises & Ensaios*. São Paulo, v.3, 1996.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. *Sensor Rural*. São Paulo, Boletim Quadrimestral, vários números.

GRAZIANO DA SILVA, J. "O novo rural brasileiro". *Nova Economia*. Belo Horizonte, 7(1):43-81, maio 1997.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M.E. "A pluriatividade da agropecuária brasileira em 1995". Campinas, IE/Unicamp, Projeto Rurbano (http://www.eco.unicamp.br/pesquisa/frame_inic_html).

GRAZIANO DA SILVA, J.; BALSADI, O.V.; BOLLIGER, F.P.; BORIN, M.R.; PARO, M.R. "Meio rural paulista: muito além do agrícola e do agrário". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação Seade, v.10, n.2, abril-junho 1996, p.60-72.

LOPES, M.R. "Os produtores conseguirão pagar as dívidas securitizadas?". *Agroanalysis*. Rio de Janeiro, 17(4):10-12, abril 1997.

LUNAS, D.A.L. "Energia elétrica no contexto agrícola de Rio Verde". *Revista RV Economia*. Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.14.

MATTEI, L. "A dinâmica das ocupações rurais não agrícolas no Estado de Santa Catarina nas décadas de 80 e 90". Campinas, IE/Unicamp, março 1999, mimeo (texto do Projeto Rurbano).

MOURA, L.T. "O risco do crédito no mercado de Rio Verde". *Revista RV Economia*. Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.13.

SANTANA, M.M. "Mercado de arroz". *Revista RV Economia*. Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.17.

VICARI, I.R. "Desemprego e escolaridade". *Revista RV Economia*, Rio Verde – GO, Fesurv, Ano 1, n.1, novembro 1998, p.7-8.